

A HORA DA COLHEITA



Ricardo Stuckert / PR

Enquanto parte da imprensa repete fórmulas de descrédito, o governo mostra números: crescimento acima da média mundial, redução histórica do desmatamento, 1,2 milhão de moradias contratadas e 20 mil obras em andamento no Novo PAC

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 08 de abril de 2025 Nº 184

O Brasil volta a funcionar: investimentos, crescimento e entrega real

Governo Lula celebra resultados e mira inclusão produtiva

Roubos de celulares: da sensação de insegurança ao enfrentamento

Hands Off: Protestos contra Trump tomam as ruas dos EUA

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



»» PROGRAMA
Reconexão Periferias
exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Gestão em movimento

Lula apresenta os resultados de dois anos de governo com dados que mostram um país em reconstrução: economia entre as 10 maiores do mundo, fome em queda, pleno emprego, obras retomadas e Brasil de volta ao centro do cenário internacional. **pág. 06**

VOLTA POR CIMA

Investimentos, crescimento e entrega real

pág. 04

CAPA

Governo Lula celebra resultados contra pobreza e mira inclusão produtiva

pág. 06

SEGURANÇA

Roubos de celulares: da sensação de insegurança às medidas de enfrentamento

pág. 08

ECONOMIA

Trump impõe tarifas globais e

derruba bolsas: impacto chega a Apple, Amazon e Boeing

pág. 12

INVESTIMENTO

Lula destaca geração de empregos e celebra investimento recorde do Mercado Livre

pág. 14

ARTIGO

Tarifaço: roubo?, por Jeffrey Sachs

pág. 15

POLÍTICA

Lei da Reciprocidade Comercial e segue para

sanção presidencial

pág. 16

ANÁLISE

Popularidade de Lula encontra novo patamar em 2025

pág. 18

INTERNACIONAL

Hands Off: Protestos contra Trump tomam as ruas dos EUA

pág. 24

CULTURA

Brasil celebra 200 anos de laços com a França com agenda cultural histórica em 2025

pág. 25



O Brasil volta a funcionar: investimentos, crescimento e entrega real

Durante o evento “O Brasil Dando a Volta por Cima”, governo apresenta pacote de ações econômicas, traça balanço de realizações e reafirma projeto de reconstrução nacional, apesar da resistência de parte da imprensa em reconhecer os avanços

Redação Focus Brasil

Os dados falam por si. Mas parte da imprensa insiste em distorcer a paisagem. Pressiona com pesquisas de opinião sem contextualização, e cobra uma comunicação mais assertiva — sem, no entanto, divulgar com a mesma ênfase as entregas de governo. É o velho roteiro: torcer o foco para o erro, ignorar a política pública, estimular um clima de paralisia.

Em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a tarde do dia 3 de abril não foi apenas de discursos, mas de anúncios concretos que evidenciam um país em transformação. O evento O Brasil Dando a Volta por Cima contrariou esse roteiro. Mostra um governo que age, entrega e projeta. Que recupera a dignidade da função pública. Que, com todas as dificuldades, faz o país funcionar — e funcionar melhor. Um Brasil que, enfim, se move para fora do clichê do “país do futuro” e começa a construir o futuro no presente.

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de ministros de Estado, parlamentares e representantes da sociedade civil, o evento O Brasil Dando a Volta por Cima marcou o lançamento de novas medidas econômicas e sociais, e também ofereceu um balanço robusto das ações federais desde o início do atual mandato.

Entre os destaques: a ampliação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida para a classe média, a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS e a implantação da TV 3.0.

Também foi lançada a campanha nacional “O Brasil é dos Brasileiros”, uma resposta direta às narrativas que tentam dissociar o povo das ações concretas do Estado.

É um país que volta a se reconhecer em movimento — apesar da resistência persistente de parte da grande imprensa, que insiste em tratar a retomada econômica com desconfiança, repetindo fórmulas antigas: colunas cheias de prognósticos apocalípticos, críticas vazias à comunicação institucional e pouca disposição para propagar os dados reais das entregas do governo.

No lugar da especulação, o governo apresentou fatos.

Casa própria, com financiamento viável

O novo Minha Casa, Minha Vida Classe Média passa a atender famílias com renda de até R\$ 12 mil (antes, o limite era R\$ 8 mil), e permite financiamentos em até 420 meses, com juros de 10,5% ao ano — abaixo da média de mercado — para imóveis de até R\$ 500 mil. A meta é beneficiar 120 mil famílias já em 2025. Para viabilizar a nova linha, foi assinado decreto que regulamenta o Fundo Social, permitindo o uso de recursos do Pré-Sal.

A antecipação do 13º do INSS também foi oficializada. A primeira parcela será paga entre 24 de abril e 8 de maio, a segunda entre 26 de maio e 6 de junho. A medida injeta R\$ 73 bilhões na economia, beneficiando mais de 34 milhões de brasileiros.

Outro anúncio relevante é a chegada da TV 3.0, que une transmissão aberta com acesso à internet, oferecendo imagem em ultra alta definição e som imersivo. “Mais qualidade, mais acesso à informação para todos”, disse o presidente.

A campanha “O Brasil é dos Brasileiros” estreou com depoimentos



Ricardo Stuckert / PR

de cidadãos beneficiados por ações concretas do governo. Entre os exemplos estão o Pé-de-Meia, que garante permanência de estudantes no ensino médio; a Farmácia Popular, com 41 medicamentos 100% gratuitos; a reestruturação das estradas federais (75% em boas condições); e os programas de segurança alimentar que retiraram 20 milhões de pessoas do Mapa da Fome.

A campanha será veiculada em três fases e inclui filmes para TV, rádio e meios digitais, abordando, em etapas, as entregas nacionais, por área e por região.

Uma reconstrução em movimento

Os dois primeiros anos de governo foram marcados pela reconstrução de políticas públicas e reorganização do Estado. O Brasil cresceu 3,2% em 2023 e 3,4% em 2024, voltando ao Top 10 das economias globais — após um quadriênio de estagnação e retrocessos.

A taxa de desemprego, que chegou a 14,9% em 2021, caiu para 6,6% em 2024, o menor índice em 12 anos. Foram mais de 3,2 milhões de empregos formais criados desde 2023. O salário mínimo voltou a crescer acima da inflação.

O país abriu 340 novos mercados para o agronegócio e reassumiu papel relevante na cena internacional, com encontros bilaterais com 67 chefes de Estado e a liderança de agendas ambientais e comerciais. Em 2025, o Brasil sediará a Cúpula do BRICS e a COP30 em Belém (PA).

Estado presente e eficiente

A cobertura vacinal foi ampliada para quase todas as vacinas infantis; o Mais Médicos dobrou e agora atende 64 milhões de pessoas; o SAMU quintuplicou a entrega de ambulâncias; e o Ensino Integral chegou a mais de 1 milhão de alunos. Foram criados 10 novos campi universitários, 102 institutos federais e 400 obras retomadas pelo Novo PAC.

O Novo PAC, aliás, é a espinha dorsal do investimento público: são mais de 20 mil obras e R\$ 1,8 trilhão previstos até 2026.

Na economia verde, o Brasil bateu recorde de redução no desmatamento da Amazônia: 46% a menos que em 2022. No Cerrado, a primeira queda em cinco anos. E a indústria nacional voltou a crescer com o programa Nova Indústria Brasil, que gerou quase 200 mil empregos diretos. ■



Com menos pobreza e mais empregos, governo Lula celebra resultados e mira inclusão produtiva

Ações como o novo Bolsa Família, o PAA e o microcrédito mudam a realidade de milhões e fortalecem a economia popular

Redação Focus Brasil

Em discurso durante o evento “Brasil dando a Volta por Cima” nesta quinta-feira (3), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou um balanço detalhado das

políticas de combate à pobreza implementadas nos primeiros dois anos de seu governo. Com a presença de ministros, parlamentares e lideranças sociais, o ato serviu para destacar os resultados concretos alcançados desde 2023.

Além de apresentar dados sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), combate ao

desmatamento e a retomada de programas como Mais Médicos, a iniciativa relembrou uma das grandes conquistas do povo brasileiro no período: a redução da extrema pobreza e da insegurança alimentar.

Dados do IBGE mostram que a pobreza e extrema pobreza atingiram em 2023 os menores índices

da série histórica. Em 2021, 36,7% da população vivia com menos de US \$6,85 por dia (pobreza), enquanto 9% da população vivia com 2,15 por dia (extrema pobreza).

Em 2023, esses números caíram para 27,4% e 4,4%, respectivamente. Além disso, 24 milhões de brasileiros saíram da insegurança alimentar grave apenas no último ano. A pesquisa EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) complementa esse cenário: apenas em 2023, 24 milhões de pessoas saíram da insegurança alimentar grave, colocando o Brasil entre os países que mais reduziram esse problema no mundo.

Entre as principais medidas adotadas está a expansão do Bolsa Família, que em 2024 atingiu a marca de 20,86 milhões de famílias beneficiadas, com prioridade para lares chefiados por mulheres, crianças, comunidades indígenas e quilombolas, e população em situação de rua.

Tais medidas fazem parte de um projeto amplo colocado em prática desde o início do governo Lula, em resposta ao legado do governo anterior: em dezembro de 2021, 10,8% da população (23 milhões de pessoas) vivia abaixo da linha da pobreza — um aumento em relação a 2020.

Diante de números estonteantes, é fundamental lembrar os esforços empenhados pelo governo federal, com resultados apresentados e apresentando metas para programas já existentes.

Combate à pobreza

Bolsa Família para mais de 20 milhões de famílias

Mais de 20,86 milhões de famílias foram contempladas ao longo de 2024. O Programa priorizou lares com mulheres e crianças e grupos específicos como indígenas e quilombolas, além de pesso-

as em situação de rua.

Porta de saída: renda e autonomia

Os dados do CAGED 2024 revelam o papel estratégico do Bolsa Família como política de inclusão produtiva: 98% das vagas de emprego formal criadas no período foram ocupadas por cadastrados no Cadastro Único, sendo que 75,5% dessas oportunidades foram preenchidas por beneficiários do programa. Esses números demonstram como a articulação entre proteção social e geração de

**24 milhões de
pessoas saíram
da insegurança
alimentar
grave em 2023,
segundo a
pesquisa EBIA**

emprego funciona como efetiva “porta de saída”, permitindo que famílias em situação de vulnerabilidade conquistem autonomia por meio do trabalho formal. O resultado reflete a priorização desse público nas políticas ativas de emprego e a eficácia do CadÚnico como ferramenta de identificação de talentos subutilizados

no mercado de trabalho. Os dados são do MDS.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA alcançou mais de 238 mil toneladas de alimentos adquiridos da Agricultura Familiar em dois anos, em um investimento que superou a marca de R\$ 1,8 bilhão.

Em janeiro de 2025, R\$ 10,76 milhões investidos, beneficiando 3.065 agricultores. Mais de 186 mil cisternas já contratadas e 60 mil já entregues, principalmente no Semiárido Nordeste e no Amazonas. Mais cisternas contratadas fortalecendo o acesso à água e melhorando a vida das pessoas.

Programa “Acredito no primeiro passo”

O Programa Acredito no Primeiro Passo, lançado em outubro de 2024, consolida-se como mais uma via de emancipação para beneficiários do Bolsa Família e cadastrados no CadÚnico. Com que podem chegar a R\$1,7 bilhão já destinados em microcrédito - os valores podem atingir R\$21 mil por beneficiário.

A iniciativa viabiliza condições especiais de financiamento através de um Fundo Garantidor federal, que assegura os empréstimos às instituições financeiras parceiras. Ao alavancar pequenos negócios, o programa não apenas gera empregos, mas cria autonomia socioeconômica sustentável, complementando a estratégia de portas de saída que já mostra resultados no mercado formal (como atestam os dados do CAGED).

Alavancar pequenos negócios e gerar empregos é o objetivo central do Programa Acredito no Primeiro Passo, lançado em outubro de 2024. Com foco em promover a autonomia socioeconômica das pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). ■



Polícia Civil SP

Roubos de celulares: da sensação de insegurança às medidas de enfrentamento

Com lançamento de sistema de notificação de alerta e projeto de lei para aumento de penas, governo federal sinaliza preocupação com criminalidade focada nos aparelhos

Claudia Rocha

Frequentar ou morar em uma cidade de médio ou grande porte no Brasil, nos últimos anos, requer um código de conduta, geralmente seguido à risca: jamais deixar o celular à mostra, manuseá-lo

somente quando estritamente necessário e, se possível, substituí-lo por outro aparelho, de menor valor e com menos dados pessoais, ao circular em áreas já manjadas como pontos recorrentes de assaltos.

Segundo os dados da última edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho do ano passado, foi registra-

da uma queda de 10% nos crimes envolvendo celulares entre 2022 e 2023. A medição é feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que analisou também as diferenças entre roubo e furto dos aparelhos.

Enquanto os roubos são realizados na maior parte das vezes em dias úteis, nas vias públicas, em horários de saída e chegada do trabalho, os furtos acontecem

Roubos de celulares no Brasil (2023-2024)

Queda de 10% nos crimes envolvendo celulares (2022-2023)

Roubos:

↓ Redução de
21%

Furtos:

↑ Aumento de
13%

1 em cada 10 brasileiros

teve celular roubado/furtado

(jul/2023-jun/2024)

Apenas 55% registraram boletim de ocorrência



Fonte: Instituto Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

muitas vezes em horário de almoço, aos finais de semana e em estabelecimentos comerciais. De acordo com o anuário publicado em 2024, o cenário foi de queda no registro de roubos (21%) e um aumento nos furtos (13%).

Apesar do quadro geral apontar para a redução deste tipo de criminalidade, os números seguem altos. Um levantamento do Datafolha, de 2024, apontou que um em cada dez brasileiros tiveram o celular subtraído no período entre julho e junho de 2024. O instituto de pesquisa também trouxe informação sobre a subnotificação desse tipo de crime, demonstrando que apenas 55% responderam ter feito boletim de ocorrência.

Fora do espaço dos dados, é preciso olhar para a sensação de segurança da população, explica Leonardo de Carvalho, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “Nem sempre as duas coisas caminham juntas, às vezes a estatística mostra uma redução do crime, mas a população se sente mais insegura, esse é o cenário que temos hoje em termos de roubos de celulares”,

afirma.

O pesquisador destaca a centralidade que os celulares ganharam na atuação da criminalidade ao longo do tempo. “O celular é um objeto fundamental na vida cotidiana hoje, é usado para deslocamento, pedir comida, pagar contas, redes sociais, é uma concentração grande de dados pessoais, sem contar o valor do aparelho. Então, na dinâmica criminal, como um todo, o celular acabou ganhando um protagonismo. Em outros momentos, eram os veículos, os carros-fortes, as instituições financeiras”, analisa Carvalho.

O estudioso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública classifica que este tipo de crime é “democrático” no sentido de que todos os cidadãos, tanto nos bairros nobres quanto nas periferias, estão sujeitos. Na última edição do anuário, Manaus foi a cidade brasileira com o maior número de ocorrências a cada 100 mil habitantes: 2.096. Na sequência estão Teresina, com 1.866, e São Paulo, com 1.781.

Em um discurso, em março, o presidente Lula mencionou a

apresentação de uma PEC da Segurança e acabou abordando o assunto. Ele disse que “a gente não vai permitir que a república de ladrão de celular comece a assustar as pessoas na rua desse país”.

Leonardo de Carvalho explica que, ao longo dos anos, esse tipo de crime foi se complexificando e, por consequência, causando mais mortes. O pesquisador destaca a influência do acesso mais facilitado às armas de fogo no mercado ilegal como um dos pilares. Recentemente, em São Paulo, dois casos de latrocínios relacionados a roubo de celular ficaram famosos, um ciclista e um motorista, assustando ainda mais a população.

Celular Seguro

Nesta segunda-feira (7), o Ministério da Justiça e Segurança Pública iniciou o programa Celular Seguro, que envia mensagens aos aparelhos roubados com notificações de alerta de bloqueio.

São duas modalidades, que podem ser escolhidas pela vítima, uma de “bloqueio total”, que desativa a linha telefônica a partir da desativação do IMEI (número de

identificação do aparelho) e outra no “modo recuperação”, em que a linha é bloqueada, mas o IMEI permanece ativo, em uma lista de restrição, para o caso de tentativa de recuperar o bem. A orientação é que, ao tentar utilizar um celular que tenha recebido a mensagem de alerta, a pessoa que adquiriu este celular sem saber a procedência deve levá-lo imediatamente a uma delegacia.

Logo no primeiro dia de funcionamento do programa, o Ministério da Justiça já identificou a atuação em uma rede interestadual das quadrilhas, algo descrito a partir dos estudos do Fórum de Segurança Pública como uma atividade comum neste tipo de crime.

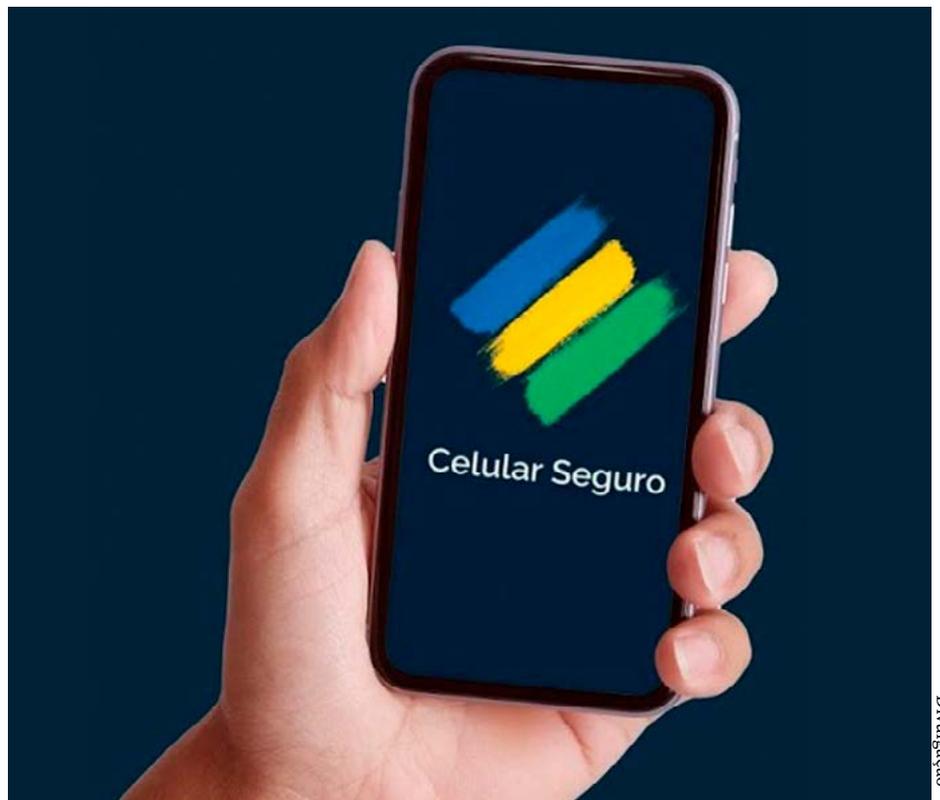
O cruzamento de dados da pasta indicou que aparelhos roubados em São Paulo, de onde partiram 210 notificações, foram encontrados em pelo menos 15 estados diferentes, como Amazonas, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, onde foram emitidos 174 alertas, foram localizados celulares em Alagoas, Ceará, Minas Gerais e Pará. Enquanto no Ceará, que teve 95 notificações emitidas, foram encontrados aparelhos em outros oito estados.

PL para aumento de penas

No final de março, o ministro Ricardo Lewandowski encaminhou ao Planalto um Projeto de Lei para aumentar em 50% os crimes de receptação de celulares e outros tipos de dispositivos eletrônicos. As penas que atualmente variam entre 3 e 8 anos podem ser alteradas para no mínimo 4 anos e seis meses e no máximo 12 anos de prisão.

Em nota, o ministério disse que o objetivo do PL é “coibir de maneira mais acentuada a prática de crimes patrimoniais sob encomenda de organizações criminosas que exploram o mercado paralelo de produtos furtados”.

Benedito Mariano, que atuou



Divulgação

**De SP ao
Amazonas:
programa
do governo
rastreou
aparelhos
furtados em
15 estados**

como Secretário de Segurança em gestões petistas, além de ter sido ouvidor da Polícia Militar de São Paulo, avalia como positivas as medidas, tanto com relação a criação do sistema Celular Seguro

quanto a intenção de aumento das penas, mas alerta para a necessidade de que este tipo de crime seja enfrentado em uma atuação conjunta das entidades do setor.

“Além de aumentar a pena, é importante que o governo federal induza os estados a criarem forças-tarefas integradas para asfixiar a rede de receptação de celulares roubados, com atuação das prefeituras, da Polícia Civil, Polícia Militar, Receita Federal. A prefeitura pode, por exemplo, atuar com medidas administrativas, multando locais que vendem os aparelhos ilegalmente”, afirma Benedito Mariano.

O sociólogo petista aponta como positiva a ideia de que o governo federal possa propor e orientar medidas no tema da Segurança Pública. “Eu acho boa a ideia de ter diretrizes, estando na Constituição temos um grande avanço, mas tenho uma certa preocupação com a tramitação na Câmara dos Deputados porque ela pode ser totalmente desfigurada”, afirma. De acordo com Benedito Mariano, “é preciso construir uma política nacional de Segurança Pública que independe de emenda na Constituição”. ■

Com Raoni no Xingu, Lula defende papel dos povos indígenas contra crise climática

Em visita à Aldeia Piraçu, no Xingu, Lula homenageia o cacique Raoni e diz que garantir os direitos indígenas é essencial para proteger a floresta e enfrentar a crise climática



Ricardo Stuckert

Redação Focus Brasil

Em visita à Aldeia Piraçu, na Terra Indígena Capoto-Jarina, no Mato Grosso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou ao cacique Raoni Metuktire a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito — maior condecoração do Estado brasileiro. O ato simbólico, realizado nesta sexta-feira (4), ocorreu diante de lideranças das Terras Indígenas Capoto-Jarina, Panará, Xingu e Wawi, que apresentaram demandas urgentes ao governo.

Recebido com cantos e danças, Lula afirmou que seu governo “respeita, reconhece e admira os povos indígenas”. Em discurso, destacou a importância dos saberes tradicionais e reiterou o papel central das comunidades originárias na proteção da Amazônia: “Sem os povos indígenas, a crise climática seria ainda mais severa

para toda a população brasileira”, disse.

Além da homenagem, Lula ouviu as reivindicações das lideranças locais, que cobraram mais agilidade na demarcação de terras, atenção à saúde indígena e fortalecimento de políticas públicas específicas. Em resposta, o presidente defendeu as ações já implementadas e prometeu avançar ainda mais. “Sabemos que muitas vezes o tempo do governo é mais lento que o tempo da urgência. Mas estamos no mesmo caminho”, declarou.

Reconhecimento e resistência

Ao receber a medalha, Raoni discursou em seu idioma e lembrou sua trajetória como defensor dos direitos indígenas e da floresta. “Desde jovem, luto pelo nosso povo, pelas nossas terras. Hoje estou mais velho, mas continuo lutando. Quero que sejamos exemplo de paz para as próximas gerações”, disse. Lula e a primeira-dama, Janja, foram homenage-

ados por Raoni com um colar de conchas e um cesto tradicional.

A presença do presidente foi marcada por uma série de gestos simbólicos, mas também por reafirmações de compromissos concretos. Segundo Lula, os povos indígenas são essenciais para alcançar a meta de desmatamento zero até 2030, compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris. “Garantir seus direitos é também proteger a floresta e os rios. É cumprir a Constituição”, afirmou.

Avanços e desafios

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, destacou que 13 territórios indígenas já foram homologados desde o início do atual governo — número que supera a soma das gestões anteriores em dez anos. Ela também ressaltou a presença inédita de indígenas em cargos estratégicos da administração federal.

“Mais do que ocupar espaços, estamos levando conhecimento e consciência sobre o que é ser indígena neste país. Estamos fazendo o Brasil compreender o papel desses povos para o futuro do planeta”, disse Guajajara.

A cerimônia contou ainda com a presença das ministras Margareth Menezes (Cultura), Marina Silva (Meio Ambiente), Macaé Evaristo (Direitos Humanos), e dos ministros Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Carlos Fávaro (Agricultura), além da presidenta da Funai, Joenia Wapichana, e das deputadas federais Célia Xakriabá, Dandara Tonantzin e Juliana Cardoso. ■

Trump impõe tarifas globais e derruba bolsas: impacto chega a Apple, Amazon e Boeing

Economistas alertam para aumento dos preços para as famílias americanas e risco de desaceleração econômica. Líderes mundiais criticam decisão unilateral

Fernanda Otero

Em um discurso de quase uma hora no Rose Garden da Casa Branca, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta quarta-feira (2), o que chamou de “Dia da Liberdade”: todos os produtos importados passarão a ser taxados em pelo menos 10%. Trump alegou que a medida vai

“alavancar a economia americana” e, com um cartaz repleto de países e novas tarifas, incentivou as empresas a transferirem suas fábricas para os EUA para evitar a tributação.

Um documento oficial divulgado pela Casa Branca afirma que os países com os quais os EUA registram maiores déficits comerciais serão alvo de tarifas ainda mais elevadas. Os demais seguirão sujeitos à alíquota básica de 10%. As novas taxas entram em vigor

em 9 de abril de 2025, às 12h01. Ainda segundo o texto, as tarifas continuarão até que o presidente considere “resolvida ou mitigada” a ameaça representada pelo déficit comercial e o “tratamento não recíproco” por parte de outros países.

Mercado reage com forte queda

As incertezas em torno das tarifas e seus impactos na economia global provocaram uma reação



imediate no mercado financeiro. Na quinta-feira (3), o USA Today registrou baixa significativa nas bolsas. O índice Nasdaq caiu quase 6%, o Dow Jones recuou cerca de 1.700 pontos, e o S&P 500 teve queda de quase 4,5%.

Empresas de tecnologia e comércio internacional foram as mais afetadas. A Apple perdeu mais de US\$ 300 bilhões em valor de mercado, sua pior queda diária desde a pandemia, devido ao temor de aumento nos custos e preços dos produtos. A empresa fabrica a maior parte de seus aparelhos na China, Índia e Vietnã — que foram atingidos com tarifas de 26% e 46%.

A Amazon perdeu quase US\$ 190 bilhões em valor de mercado. Nike, GAP e Boeing também registraram perdas expressivas. Esta última, maior exportadora dos EUA em valor, viu suas ações despencarem mais de 10%, encerrando uma era de 45 anos de produção com baixa tributação no setor aéreo.

Quem paga a conta?

Especialistas alertam que quem arcará com os custos das tarifas será o consumidor norte-americano. “Quem paga as taxas de importação são os próprios importadores, não os países de origem dos produtos”, explica Alan Bracker, ex-consultor da Unicef

em Comércio Internacional. “A medida não vai tornar os EUA autossuficientes da noite para o dia. Como produzir alumínio em escala industrial de um dia para o outro?”, questiona.

O economista Paul Krugman, prêmio Nobel, afirmou ao podcast de Ezra Klein que a estrutura tarifária anunciada por Trump é “mais elevada do que a aplicada após o Ato Smoot-Hawley, de 1930”. Para ele, trata-se do maior choque comercial da história moderna. Krugman ainda criticou a metodologia do governo Trump para definir os percentuais, sugerindo que os cálculos foram baseados unicamente no déficit bilateral com cada país.

Segundo o Yale Budget Lab, as tarifas devem aumentar em média US\$ 3.800 por ano os gastos das famílias norte-americanas.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, declarou que “é altamente provável que essas tarifas provoquem um aumento temporário da inflação e uma desaceleração do crescimento”. Em evento na Virgínia, afirmou que os aumentos “serão significativamente maiores do que o esperado”.

Aprovação em queda

A reação também se reflete nas pesquisas de opinião. Um levantamento Reuters/Ipsos divulgado

Um levantamento Reuters/Ipsos divulgado no início de abril mostrou que a aprovação de Trump caiu para 43%

no início de abril mostrou que a aprovação de Trump caiu para 43% — quatro pontos a menos que no início do ano. Oito em cada dez entrevistados acreditam que as tarifas resultarão em aumento de preços nos supermercados e outros itens essenciais.

Reação internacional

O presidente Lula respondeu diretamente às medidas: “Não batemos continência para nenhuma outra bandeira que não seja a verde e amarela”. Durante evento de prestação de contas dos dois primeiros anos de governo, Lula afirmou que o Brasil adotará “todas as medidas cabíveis para proteger nossas empresas e nossos trabalhadores” e defendeu o multilateralismo e o livre comércio.

O presidente francês, Emmanuel Macron, classificou as medidas como “brutais e infundadas” e defendeu uma suspensão temporária de investimentos europeus nos EUA. “Qual o sentido de investir bilhões em um país que está nos atacando?”, questionou.

A China anunciou uma tarifa de 34% sobre todos os produtos norte-americanos a partir de 10 de abril. A primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, também criticou as novas tarifas contra a União Europeia, chamando-as de “erradas”. Segundo ela, uma guerra comercial enfraqueceria o Ocidente e daria vantagem a outras potências globais. ■



Lula destaca geração de empregos e celebra investimento recorde do Mercado Livre

Empresa anuncia R\$ 34 bilhões em aportes no Brasil e criação de 14 mil novas vagas em 2025

Fernanda Otero

Em agenda na cidade de Cajamar (SP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou o crescimento sustentado da economia brasileira, impulsionado por medidas de estímulo ao crédito, à renda e ao consumo. Segundo ele, a expansão do país não depende de fatores externos, como o desempenho de economias estrangeiras.

O ponto alto da visita foi o anúncio feito pelo Mercado Livre, que confirmou um novo ciclo de investimentos no Brasil, no valor de R\$ 34 bilhões para 2025 — um crescimento expressivo frente

aos R\$ 23 bilhões investidos em 2024. A companhia, que lidera o setor de e-commerce e serviços financeiros na América Latina, também prevê a geração de 14 mil novos postos de trabalho ainda neste ano, com meta de atingir 50 mil empregos diretos no país.

O vice-presidente sênior da empresa, Fernando Yunes, detalhou que o investimento será direcionado à expansão da malha logística e tecnológica do grupo, com a abertura de novos centros de distribuição em Brasília, Pernambuco e Porto Alegre.

“A economia vai surpreender”

Em discurso aos trabalhadores da sede do Mercado Livre, Lula reforçou que os resultados positivos

são fruto de políticas públicas. “As pessoas dizem que a economia vai desacelerar. E eu quero dizer, na frente dos trabalhadores, que a economia brasileira vai surpreender. Porque essa gente que fica discutindo o chamado ‘mercado’ não conhece o microcrédito funcionando, o dinheiro chegando na mão de milhares de pessoas.”

Lula também citou a recuperação do emprego e a valorização do salário mínimo como elementos-chave da retomada. “O salário mínimo já aumentou acima da inflação por dois anos consecutivos. O emprego voltou a crescer todo o ano. E o crédito está acontecendo com muita força nesse país”, afirmou.

“Não dependemos de ninguém”

Questionado sobre os impactos das novas tarifas impostas pelos Estados Unidos sob a gestão de Donald Trump, Lula foi enfático: “O crescimento do Brasil não depende de ninguém, não depende dos Estados Unidos, não depende da China, não depende da África. Só depende de nós, brasileiros.”

Em tom firme, o presidente afirmou que o Brasil quer apenas ser respeitado: “Não queremos nada demais. Nós só queremos ser tratados com respeito, com dignidade, porque temos esse direito. Quem produz a riqueza desse país são vocês.”

O presidente esteve acompanhado dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), Márcio França (Empreendedorismo, Micro e Pequenas Empresas), além do prefeito de Cajamar, Kauã Berto.

Fundado em 1999, o Mercado Livre atua em 18 países, com mais de 84 mil funcionários diretos. A operação brasileira representa 54% do total dos negócios da empresa. ■

Tarifaço: roubo?

“Enquanto os EUA se enredam em suas próprias contradições, o mundo assiste — e se prepara para pagar o preço”, escreve Sachs

Por Jeffrey Sachs

As tarifas vão diminuir os padrões de vida. Não destruir a economia dos EUA e estão sendo impostas por razões inacreditavelmente bizarras e equivocadas — completamente falaciosas. Deixe-me explicar.

Os Estados Unidos têm um grande déficit em seu comércio de bens e serviços — o que é chamado de conta corrente —, e esse déficit é de cerca de um trilhão de dólares. Trump diz: “Ah, isso é porque outros países estão roubando os Estados Unidos”. Não consigo nem começar a dizer o quão absurda é essa linha. A palavra é infantil.

Ter um déficit em conta corrente significa — e significa precisamente — que os Estados Unidos estão gastando mais do que produzem. É isso que leva a um déficit. Você gasta mais do que produz. E nós gastamos mais do que produzimos porque temos uma poupança muito baixa neste país. Temos um enorme déficit orçamentário.

O governo é como o cartão de crédito nacional — ele funciona a crédito. Transfere dinheiro, paga por guerras, paga pelas guerras de Israel, paga por bases militares em 80 países ao redor do mundo, gasta mais de um trilhão de dóla-

res por ano com o establishment militar e centenas de bilhões a mais em gastos associados ao complexo industrial-militar. E dá cortes de impostos para os americanos mais ricos. Permite a evasão fiscal pelos americanos mais ricos — e digo evasão, porque não faz auditorias e enfraquece a fiscalização tributária.

Assim, temos déficits hemorrágicos e uma dívida pública crescente. Por causa disso, os gastos do país são muito maiores do que a renda nacional. É um trilhão de dólares a mais do que a renda nacional. Esse é exatamente o desequilíbrio entre nossas importações e exportações de bens e serviços.

Tudo isso para dizer que o que Trump chama de “roubo” é apenas a irresponsabilidade absoluta da classe política em Washington. É um gangsterismo corrupto e plutocrático que concede benefícios e cortes de impostos aos mais ricos e entra em guerra após guerra — a crédito. E isso gera déficits que Trump culpa em outros países. Agora, ele acredita que vai corrigi-los aumentando tarifas. Claro, isso não resolverá nada.

Os déficits continuarão porque vêm da prodigalidade de Washington, não do fato de outros países estarem nos roubando. Ele aumentará as tarifas. Os americanos mudarão seus gastos — por exemplo, de carros importados para carros nacionais —, pagarão preços mais altos e nossa indús-

tria automotiva exportará menos. Haverá menos importações e menos exportações, e o saldo não mudará. Nada disso resolverá a irresponsabilidade fiscal. Qual é a grande ambição de Trump?

Manter os cortes de impostos para os mais ricos, que custarão US\$ 4 trilhões em dez anos. Esses cortes deveriam expirar, mas ele insiste: “Não, não — são impostos para meus doadores ricos, então continuarão”. Ele não resolverá a crise orçamentária nem o déficit comercial — que deriva dela. Mas reduzirá os padrões de vida do país e do mundo, pois o comércio gera benefícios (os ganhos do comércio). Compramos mais barato, vendemos bens com vantagem comparativa e ambos os lados ganham. Claro, exageramos ao gastar demais — mas isso é outra questão.

Ninguém está roubando os EUA. Não sei se é retórica, ignorância ou confusão, mas é uma política econômica desastrosa. Não dará em nada. E, já que mencionou: tarifas são impostos. Quem deveria aprová-los? [O Congresso.] Mas o Congresso não tem voz. É um show de um homem só. O que aconteceu com este país? Trump declara “emergência” e agora temos um governo unipersonal — baseado em premissas falaciosas que não sobreviveriam a uma aula introdutória sobre déficit comercial.

Leccionei isso por 20 anos em Harvard: como o déficit comercial se relaciona com gastos excessivos e poupança baixa? Nada disso importa. Não há questionamentos, audiências ou análises. É um show de um homem só, baseado em falácias que destruirão nossa economia e o sistema comercial global. E digo mais — converso com líderes mundiais, inclusive na Ásia, e as palavras que usam para descrever isso são... impúblicáveis. ■



Câmara aprova Lei da Reciprocidade Comercial e texto segue para sanção presidencial

Texto aprovado autoriza o governo a aplicar sanções comerciais contra países que adotem barreiras unilaterais aos produtos brasileiros

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (2) o Projeto de Lei 2.088/2023, que cria a Lei da Reciprocidade Comercial. O texto, que autoriza o governo brasileiro a adotar medidas contra países ou blocos que impuserem barreiras comerciais aos produtos nacionais, agora segue para sanção presidencial.

A proposta já havia sido aprovada por unanimidade no Senado, nesta terça-feira (1), tanto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quanto no plenário.

A aprovação acontece em meio à escalada protecionista liderada pelos Estados Unidos. No mesmo dia, o presidente Donald Trump anunciou um novo pacote de sobretaxas contra diversos parceiros comerciais, incluindo uma tarifa adicional de 10% sobre produtos brasileiros.

Apesar das tentativas de obstrução feitas pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, um acordo entre todas as bancadas permitiu a votação simbólica e unânime da matéria. Em troca, a ordem do dia da Câmara foi suspensa, e os demais projetos da pauta serão analisados em ses-

sões futuras.

“O povo brasileiro está acima das diferenças ideológicas”, afirmou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que conduziu a sessão.

A nova lei prevê que o Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (Camex) poderá adotar contramedidas comerciais caso sejam identificadas práticas que prejudiquem a competitividade do Brasil no mercado internacional. Também está prevista a tentativa de negociação prévia antes da aplicação de qualquer sanção.

O prazo para sanção presidencial é de 15 dias úteis. ■



Maioria dos brasileiros rejeita anistia aos golpistas do 8 de janeiro, diz Datafolha

Nova pesquisa mostra que 56% da população é contra perdoar os responsáveis pelos ataques às instituições; apoio à anistia cresce entre eleitores de Bolsonaro

Redação Focus Brasil

Maioria da população brasileira continua contrária à ideia de anistiar os responsáveis pelos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. É o que mostra a nova pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada nesta segunda-feira (7). Segundo o levantamento, 56% dos entrevistados rejeitam a anistia, enquanto 37% são favoráveis, 6% não souberam responder e 2% se disseram indiferentes.

A pesquisa ouviu 3.054 eleitores em 172 municípios, entre os dias 1º e 3 de abril, e tem margem de erro de dois pontos percentu-

ais para mais ou para menos.

O apoio à anistia vem crescendo lentamente. Em abril de 2023, era de 31%. Em dezembro do mesmo ano, subiu para 33%, e agora chegou a 37%. Já a rejeição, que era de 63% há um ano, caiu para 56% nesta rodada.

A divisão de opiniões reflete fortemente a polarização política. Entre os simpatizantes do PL, partido de Jair Bolsonaro, 72% são a favor da anistia. No outro extremo, 90% dos simpatizantes do PSOL se dizem contra o perdão. Entre eleitores declarados do PT, 68% são contra.

A pesquisa foi divulgada um dia depois de Jair Bolsonaro convocar e participar de um novo ato na Avenida Paulista, em São Paulo, em defesa da anistia aos envolvidos nos ataques antidemocrá-

ticos. O protesto reuniu cerca de 44,9 mil pessoas, segundo levantamento realizado pela USP em parceria com o Cebrap e a ONG More in Common, que utilizou drones para estimar o público.

O evento contou com a presença de lideranças bolsonaristas e governadores aliados, como Tarcísio de Freitas (SP) e Romeu Zema (MG), além do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro também esteve presente.

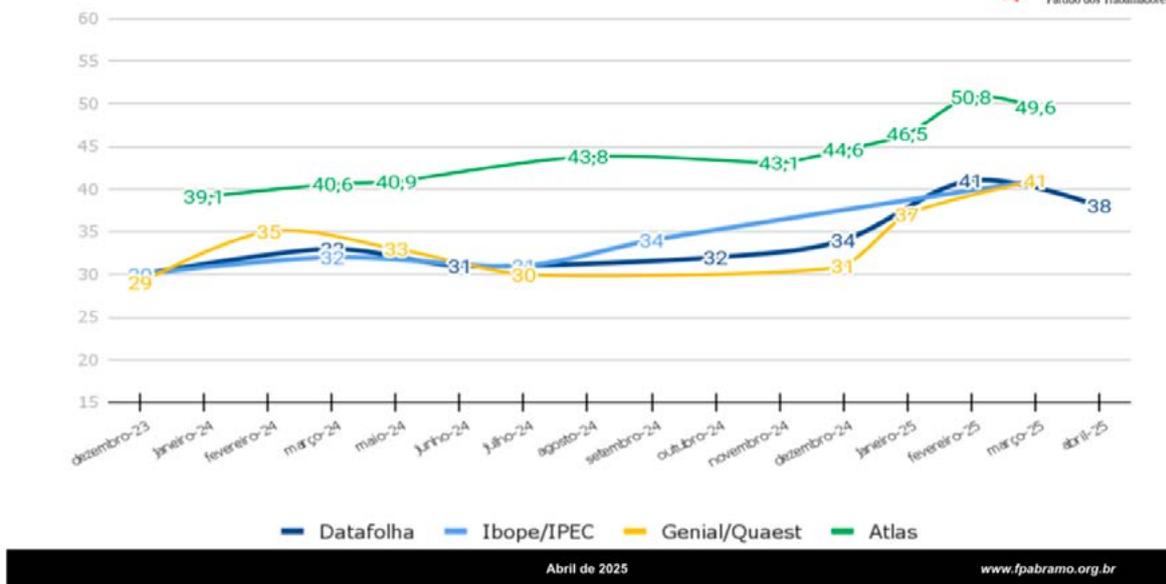
Além da anistia, o Datafolha perguntou sobre a percepção da população quanto à dosimetria das penas aplicadas aos condenados pelos atos golpistas. As opiniões se dividiram: 36% acham que as penas deveriam ser reduzidas, 34% as consideram adequadas, e 25% defendem que sejam aumentadas. ■



Popularidade de Lula encontra novo patamar em 2025, apontam Quaest e Datafolha

Levantamentos dos institutos Quaest e Datafolha mostram convergência nos níveis de avaliação do governo e indicam uma possível estabilização no cenário político. O texto é do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos da FPA (NOPPE)

AVALIAÇÃO NEGATIVA GOVERNO LULA - TOTAL



As mais recentes pesquisas Quaest e Datafolha captaram o movimento de aumento da reprovação ao governo Lula nos primeiros meses de 2025. Considerando os resultados de ambas e a comparação com as rodadas anteriores, é possível sugerir uma estabilização da queda de popularidade verificada até então.

O estudo da Quaest mostrou que, desde janeiro, a aprovação ao governo recuou de 47% para 41%, enquanto a reprovação subiu de 49% para 56%. Na escala que inclui a avaliação “regular”, a nota positiva caiu de 31% para 27%, e a negativa subiu de 37% para 41%; a avaliação regular oscilou de 28% para 29%. O campo foi realizado entre 27 e 31 de março.

Já na pesquisa Datafolha, cuja comparação é com a rodada de fevereiro — captando o pior tombo na popularidade do governo — a avaliação negativa oscilou de 41% para 38% e a positiva subiu de 24% para 29%. A avaliação de que o governo é regular manteve-se em 32%. O campo foi realizado de 1º a 3 de abril.

Dessa forma, verifica-se uma similaridade nos patamares de popularidade, na métrica utilizada por ambos os institutos (incluindo a avaliação regular).

Como mostra o gráfico abaixo, a Quaest de janeiro detectou o início do aumento da reprovação, mas não o momento mais agudo, captado pela Datafolha em fevereiro. Agora, os números se aproximam, o que sugere possível estabilização do cenário.

O declínio generalizado da popularidade em diversos segmentos aparece de forma mais aguda em parcelas fundamentais à eleição de Lula — como já apontado em análises anteriores:

- **Nordeste:** queda de 7 pontos percentuais na aprovação e aumento de 9 p.p. na reprovação;
- **Jovens:** redução de 12 p.p. na aprovação e aumento de 12 p.p. na reprovação;
- **Mulheres:** queda de 6 p.p. na aprovação e alta de 6 p.p. na reprovação;
- **Faixa até dois salários mínimos:** recuo de 4 p.p. na aprovação e crescimento de 6 p.p. na reprovação.

Como resultado, segundo a Quaest, entre eleitores de Lula em 2022, a aprovação ao governo caiu de 81% para 72%, enquanto a desaprovação subiu de 17% para 26%.

A percepção de que a vida não melhorou com o novo governo permanece: segundo o Datafolha,

apenas 28% dizem que a vida melhorou após a posse de Lula, número estável desde julho de 2024 (26%). Já os que afirmam que a vida permanece igual caíram de 51% para 42%, e os que relatam piora subiram de 23% para 29%. Para 55% dos entrevistados, a economia do país piorou.

A Quaest mostra que 56% acreditam que o Brasil está na direção errada — 10 pontos a mais que em dezembro de 2024. A mesma proporção afirma que a economia piorou. O impacto da inflação é percebido por 88% (alimentos) e 70% (combustíveis). Para 81%, o poder de compra está hoje pior do que há um ano.

Em relação às prioridades da população, a violência lidera como maior preocupação para 29% dos brasileiros, seguida por questões sociais (23%) e economia (19%). Já o Datafolha registra 22% apontando a economia como principal problema, seguido de saúde (22%) e violência/insegurança (11%).

Os dados sugerem que há uma demanda generalizada por bem-estar e melhoria das condições de vida — especialmente em relação ao custo de vida, poder de compra, serviços públicos e segurança. ■



Obrigado, Alexandre

Postura firme e correta do ministro do STF foi fundamental para impedir a tentativa de golpe

Aloizio Mercadante*

Em sua monumental obra “Paideia”, que trata da formação histórica do “homem grego”, Werner Jaeger argumenta que, no período socrático, surgiram a democracia, a formação da pólis e a filosofia. A democracia, embora imperfeita e restrita, e a formação do cidadão grego confluíram para criar um impulso civilizatório que, até hoje, mesmo com suas limitações, serve de inspiração para os sistemas políticos do Ocidente.

Paideia não era uma educação acadêmica stricto sensu. Mas uma educação que criava cidadãos críticos, comprometidos com os valores coletivos da pólis e com a manutenção de um Estado justo.

Dizia Platão, na República, que a única garantia efetiva que impedia os guardiões da pólis de se tornarem donos do Estado e o utilizassem para seus próprios fins —impedindo que “os cães pastores se convertessem em lobos que devorariam os rebanhos”—era justamente a Paideia, a formação totalizante dos membros da pólis.

No contexto histórico moderno, os grandes guardiões efetivos da democracia, para além das ins-

tuições e do sistema de pesos e contrapesos, são os próprios cidadãos, que informados e bem formados, defendem seus direitos individuais e coletivos e impedem a sempre presente ameaça da deturpação do exercício do poder.

Mas, o que acontece com as democracias quando a formação totalizante dos cidadãos, a Paideia, é destruída e corroída por dentro? O que acontece com a política e com os sistemas de representação quando a cidadania tende a se tornar uma massa atomizada, sem noção básica do “bem comum”, sem o sentimento de pertencimento social, sem o que Hegel chamava “Weltanschauung”, visão do mundo ou da totalidade da realidade que nos cerca?

Seguramente, a maneira mais insidiosa e eficaz de se destruir uma democracia é a de se corroer, primeiro, a cidadania que a funda e a sustenta. E é exatamente isso que está acontecendo em boa parte do mundo.

Vivemos um momento histórico de “anti-Paideia”. O século 21 está se tornando o exato oposto do “Século de Péricles”. O século 21 está se tornando o “século da neocolonização digital”.

As redes sociais desregulamentadas, controladas pelas big techs e seus interesses econômicos, comerciais e políticos estão corroendo as democracias pela via perversa e maliciosa da destruição da cidadania. Com algoritmos absolutamente infensos à transparência e ao controle democrático e legal, produzem e difundem informações em nível global que são absorvidas, muitas vezes acriticamente, por bilhões de pessoas.

Nessa lógica perversa, informações, muitas vezes falsas (fake news), são produzidas e difundidas para “bolhas específicas”, por elas mesmas criadas. Na realidade, as big techs e suas redes sociais estão substituindo o cidadão

pelo consumidor atomizado de informações parciais, desconexas e, muitas vezes, falsas, concebidas para manipular temores e interesses específicos de segmentos demográficos, dificultando que decisões coletivas e democráticas, que levam em consideração o bem comum, sejam alcançadas.

No brexit, referendo histórico, o Facebook, hoje Meta, vendeu para a Cambridge Analytica, sem consentimento, dados sensíveis dos cidadãos britânicos. Incluía, obviamente, suas preferências, envio de mensagens e a criação de conteúdos direcionados, intervindo decisivamente para a vitória da saída britânica da União Europeia. Essa atuação foi um obstáculo a um real debate público, qualificado e democrático sobre um tema tão relevante para aquele país.

Assim, as big techs e suas redes sociais, ao substituírem o cidadão pelo mero consumidor, tendem também a substituir a imprensa e a política, reais e democráticas, por uma espécie de “micropolítica à la carte”, que manipula, degrada e polariza artificialmente a opinião pública. Por isso, é absolutamente vital que sejam submetidas a um controle legal e democrático que as tornem instrumento útil para a cidadania. O impacto gerado pelo tarifaço imposto pelo governo Donald Trump pode impulsionar uma articulação global, especialmente da União Europeia, da Ásia e do Brics, nessa direção.

No campo geopolítico, os ataques às democracias atingem o multilateralismo e as instituições que sustentam as regras da ordem global, e levam ao desrespeito sistemático de acordos, tratados e convenções internacionais por parte de alguns países.

Nesse sentido mais amplo e civilizatório, devemos entender o esforço de juízes como Alexandre de Moraes, e o empenho de uma instituição tão importante como o

STF.

Em muitos países do mundo, assim como no Brasil, há uma ofensiva contra o Poder Judiciário, justamente por se colocar na “linha de frente” em defesa da democracia, da cidadania, dos direitos individuais e coletivos, da legalidade e do Estado democrático de Direito; e contra a tendência internacional de consolidação de autocracias, abertas ou veladas.

É por isso que juízes comprometidos com a proteção da cidadania e da democracia, como Alexandre de Moraes, são tão atacados e odiados, tachados de “ditadores” justamente por candidatos a ditadores.

Mesmo democracias que parecem cultural e historicamente consolidadas, como a estadunidense, estão ameaçadas de colapsar e se tornarem autocracias. Agora mesmo, grandes escritórios de advocacia estadunidenses estão sendo ameaçados de retaliação caso promovam ações contra o governo norte-americano.

É preciso que nós, cidadãos brasileiros, entendamos que os posicionamentos de Alexandre de Moraes e do STF destinam-se, essencialmente, a defender nossa democracia, nossos direitos e nossa capacidade de participarmos, de forma pacífica e sem manipulações indevidas, dos debates públicos destinados a identificar, promover e defender o bem comum, como se fazia nas ágoras atenienses. E de participarmos de processos eleitorais não manipulados por algoritmos maliciosos, ódio e fake news.

A democracia interessa a quem é de esquerda, de centro ou de direita. Afinal, as verdadeiras democracias, fundadas na Paideia e no esclarecimento, interessam a todos nós. A democracia comporta e exige a diferença de opiniões e a liberdade de expressão e de reunião. Mas não pode conviver com a manipulação autocrá-

tica e perversa das informações, destinada a propagar a criminosa degradação da cidadania, da política e da razão. Não pode conviver com a “anti-Paideia”, e não resistirá ao “século do neocolonialismo digital”.

Portanto, devemos aplaudir o exemplo dado por juízes como Alexandre de Moraes, que, com descortínio e coragem, nos defendem. Moraes é um grande juiz porque é um grande cidadão do Brasil.

A postura firme e correta do ministro foi fundamental para impedir a tentativa de golpe que estava em curso no Brasil, e que começou com a narrativa para deslegitimar a lisura do processo eleitoral e das urnas eletrônicas, com o uso da PRF para impedir eleitores de votar, além do uso abusivo da máquina pública para compra de votos, da convocação de acampamentos golpistas na porta de quartéis, e as tentativas de invasão de sede da Polícia Federal e de explosão de um caminhão de combustíveis. Por fim, a invasão da Praça dos Três Poderes e a descoberta de um plano que envolvia o assassinato do presidente Lula, do vice-presidente Alckmin e do próprio ministro Alexandre de Moraes.

As utopias, como escreveu Eduardo Galeano, são como o horizonte. Por mais que caminhemos em sua direção, nunca o alcançamos. As utopias, contudo, servem justamente para isso, para nos obrigar a caminhar. A caminhar no rumo correto.

Enquanto tivermos na vanguarda dessa caminhada interminável, porém imprescindível, com cidadãos como Alexandre de Moraes, estaremos bem. Nossa democracia estará bem.

Obrigado, Alexandre. ■

Presidente do BNDES. Foi ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ministro da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação e presidente da FPA.



Para Humberto Costa, tentativa de anistiar golpistas é “espetáculo da insensatez”

Senador criticou movimento de bolsonaristas pela aprovação de proposta de anistia. Humberto ainda destaca que pauta não conta com apoio popular

O senador Humberto Costa (PE), presidente nacional do PT, classificou como “espetáculo da insensatez” a movimentação de lideranças bolsonaristas pela aprovação da proposta de anistiar criminosos que tentaram derrubar o Estado Democrático de Direito.

Durante pronunciamento realizado nesta segunda-feira (7/4), o senador também lembrou que pesquisas de opinião têm apontado que a pauta não conta com apoio da população.

Pesquisa realizada pelo Instituto Quaest revela que 56% dos brasileiros defendem que os envolvidos no 8/1 continuem presos e são contra a anistia. A Quaest ouviu 2.004 pessoas entre 27 e 31/03.

“Esta não é uma pauta do Bra-

sil nem dos brasileiros. O povo quer que criminosos paguem pelo que fizeram. A maioria da população também considera que Bolsonaro, ex-presidente da República, esteve à frente da tentativa de golpe e que o STF agiu e com base na lei ao torná-lo réu pelos crimes cometidos”, destacou o senador.

“Anistiar criminoso é um golpe dentro do golpe. Não há razão de ser. Não pode ter espaço no Congresso Nacional. Não é uma agenda do povo brasileiro, mas de uma organização criminosa armada, como disseram a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República”, emendou.

Humberto ainda lembrou que o inelegível ex-presidente responde, no Supremo Tribunal Federal, junto com outros sete seguidores, pelos crimes de liderança de organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do

Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano contra o patrimônio da União; e deterioração de patrimônio tombado.

“O ex-presidente foi líder incontestado do planejamento e da execução do golpe que redundou no fatídico 8 de janeiro”, apontou.

Humberto Costa também lembrou que o plano golpista de Jair Bolsonaro teve início, ainda em 2021, e passou pela desqualificação do processo eleitoral; suspeição das urnas eletrônicas; campanha internacional para desacreditar o Brasil; sublevação das Forças Armadas; reunião de armamentos para ataque; assassinato do presidente e do vice-presidente eleitos e do presidente do TSE.

Por fim, os acampamentos estimulados em frente a quartéis foram fomentados pela leitura deturpada do artigo 142 da Constituição Federal, como forma de tentar justificar intervenção das Forças Armadas, e que redundaram no 8 de janeiro.

“O Brasil passou por um momento de extremo risco, de enorme gravidade, que não pode ser minimizado. Tivesse dado certo a tentativa de golpe, possivelmente este Congresso Nacional estivesse fechado; muitos aqui tivessem sido presos, assassinados ou exilados; e boa parte da população brasileira estivesse sob a mordida da falta de liberdade para expressão das suas ideias e para organização política e social”, alertou Humberto.

Além disso, o senador comentou a presença de governadores no ato convocado por bolsonaristas e realizado em São Paulo no último domingo (6/4). Para ele, “governadores necrófagos, como hienas e urubus, estão à espreita das carcaças e da carniça do ex-presidente Bolsonaro para tentar herdar seu espólio necropolítico”.

“Está claro que todos que lá estavam são aliados daqueles que tentaram o golpe contra o nosso país”, disse. ■

Do PT no Senado

Beto Faro desmonta tese de que “tarifaço” mais baixo será bom para o Brasil

Medidas de Donald Trump podem ajudar exportações brasileiras de commodities, mas devem gerar efeitos diretos no abastecimento e preços internos dos alimentos

Beto Faro

Enfim, após muita espera e tensão, eis que o presidente Trump anunciou o dia 2 de abril de 2025 como o “dia da libertação” do seu país. Toda a nossa empatia ao presidente por libertar os Estados Unidos de um processo de empobrecimento pela espoliação histórica praticada por africanos, sul-americanos, árabes, asiáticos e outros povos mundo afora. Estão tão pobres que nem ovo tem por lá!

Para esse propósito libertário foi anunciada a autodenominada reciprocidade tarifária dos EUA mediante a aplicação de tarifas adicionais para o comércio com 185 países, incluindo ilhas isoladas, habitadas por pinguins.

Ato contínuo ao anúncio das medidas houve queda generalizada nas Bolsas nos EUA e no resto do mundo, o que forçou Trump a se declarar aberto a negociações. Porém, prevalecendo o tarifaço, os EUA fulminarão um dos grandes e consistentes pactos políticos firmados por toda a humanidade, neste caso, relacionado à regulação amplamente legitimada do comércio mundial com a transformação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em OMC (Organização Mundial do Comércio). Três quartos do comércio no mundo são regidos pelas regras da OMC.

Esse risco de ruptura poderá resultar na inutilidade plena da OMC que já há anos vem se arrastando

por conta do esvaziamento do seu órgão de apelação comandada pelos mesmos EUA.

A propósito, após o anúncio americano, como num último suspiro, a OMC revisou as suas projeções para a economia mundial neste ano, que passaram de crescimento de 3%, para retração de 1%. Só esse fato expõe o potencial de danos econômicos e de turbulência sistêmica dessa medida unilateral adotada por um país que responde por 25% do comércio internacional.

Um contexto global de livre comércio e multilateralismo poderá experimentar profunda desorganização e desarmonia por conta da erosão da credibilidade, previsibilidade e estabilidade do sistema. Tudo isso em nome de uma ambição egocêntrica do tal MAGA (Make America Great Again) que tenta a repatriação e atração de capitais para investimentos industriais naquele país.

Trump considera ser possível, por exemplo, reconstituir nos EUA o modelo autônomo da indústria automobilística que vigorou anteriormente ao modelo atual caracterizado pela integração de uma enorme cadeia produtiva distribuída pelo mundo. Porém, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, Trump expulsa mão de obra do território americano ao perseguir a meta de deportações de 500 mil pessoas por ano.

Todas as avaliações no Brasil convergem para a conclusão de que ‘ficamos bem na foto’ pois figuramos na lista dos 126 países com sobretaxa de 10%. Considero

uma abordagem superficial. Nenhum país será beneficiado com um eventual quadro de desordem desse porte onde o “vale tudo” poderá ser a regra.

De qualquer modo, essa taxa adicional de 10% obviamente poderá garantir a competitividade do Brasil no mercado americano em produtos com concorrentes com maiores sobretaxas. Exemplo fáceis seriam os calçados ora dominados Vietnã que teve tarifa de 46%, e de alguns produtos do agronegócio.

Esquecem que a indústria americana tomará conta do seu mercado de calçados e que a China e outros países tentarão inundar o Brasil com produtos industriais e assim inviabilizando o Nova Indústria Brasil. Esquecem, ainda, que nossas vendas externas de commodities agrícolas para a China, sudeste asiático e mesmo para a Europa, deverão disparar e assim ampliando a primarização da nossa economia com efeitos diretos no abastecimento e preços internos dos alimentos e nos planos socioambiental e fundiário.

Em suma, o mundo poderia estar tentando evitar o colapso do clima que ameaça a vida neste planeta. Mas, ao invés de focar na COP 30, estamos nos preparando para uma provável conflagração comercial mundial por conta do MAGA que não beneficiará sequer os americanos. Ah, e ainda somos forçados a agredir nossos ouvidos e cérebros pela interpretação de Bolsonaro segundo a qual Trump está apenas protegendo o seu país do vírus socialista. Eles se merecem! ■

Beto Faro é senador pelo PT-PA



Hands Off: Protestos contra Trump tomam as ruas dos EUA

50 protestos em 50 estados e um movimento: #50501 é o nome do movimento que tem tomado as ruas dos Estados Unidos da América contra a administração de Donald Trump

Fernanda Otero

No sábado, 5 de abril, milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra a administração de Donald Trump e as ações de Elon Musk. A mobilização, chamada Hands Off, foi acompanhada por grupos como a Marcha das Mulheres, Nenhuma Voz Silenciada e Construindo Resistência. Mais de 1.400 eventos foram registrados nos EUA, além de atos em Londres, Paris e Berlim.

Em Washington, entre 60 e

100 mil pessoas participaram dos atos. Em Nova York, a multidão ocupou 20 quarteirões da 5ª Avenida. Em Boston, manifestantes traziam cartazes contra as políticas de imigração que já resultaram em prisões e processos de deportação de estudantes universitários.

Saiba o que é o Hands Off

Uma iniciativa do #50501, o Hands Off é o movimento que “traz a determinação da classe trabalhadora estadunidense em se opor à deterioração das instituições democráticas e das liberdades civis, defendendo o Estado

de Direito diante das crescentes ameaças de plutocratas”, segundo destaca o site da organização.

O movimento começou no dia 5 de fevereiro de 2025, organizado protestos em todo os EUA. Os primeiros eventos, que ocorreram de forma descentralizada, surgiram como uma resposta “às ações antidemocráticas e ilegais da administração Trump e de seus aliados plutocratas”.

A proposta de realizar 50 protestos em 50 estados em um único dia rapidamente se espalhou pelas redes sociais, com apoio de nomes como Michael Moore. Uma agenda de mobilizações está disponível. ■



Brasil celebra 200 anos de laços com a França com agenda cultural histórica em 2025

Com show de Seu Jorge em Paris, Brasil inaugura programação cultural que celebra 200 anos de relações diplomáticas com a França

Fernanda Otero

O “Ano do Brasil na França 2025” teve início na última semana e promete mais de 300 eventos em cerca de 50 cidades francesas. A programação celebra os 200 anos de relações diplomáticas entre os dois países e fortalece a cooperação cultural bilateral.

Com o show de Seu Jorge, que celebrou os 20 anos do álbum *Cru*, foi oficialmente aberta na quinta-feira (3) a programação do Ano do Brasil na França 2025. A iniciativa é uma parceria entre os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores do Brasil, o Ministério da Cultura da França e o Institut Français.

Ao longo do ano, estão previstos mais de 300 eventos em cerca

de 50 cidades francesas, com destaque para 80 projetos colaborativos entre artistas e instituições culturais dos dois países. A programação inclui desde música e cinema até gastronomia, carnaval e artes visuais.

Entre as colaborações institucionais, destacam-se as parcerias entre a L'Académie de l'Opéra de Paris e o Theatro Municipal de São Paulo, além dos Conservatórios de Cayenne e Belém. Espetáculos de artes cênicas brasileiras serão apresentados em palcos parisienses, enquanto o cinema nacional marcará presença em mostras como o Festival de Cannes, que contará com a participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes.

A música terá espaço para todas as gerações: Lenine, Léa Freire, Hermeto Pascoal e Egberto Gismonti estão entre os nomes

confirmados. Haverá ainda eventos dedicados ao funk e ao forró, com o objetivo de valorizar e desmistificar expressões populares brasileiras.

Nas artes visuais, a programação inclui obras de Cildo Meireles, Lygia Pape e Jonathas de Andrade, entre outros nomes de relevância nacional e internacional.

A Central Única das Favelas (Cufa) também terá participação de destaque, levando a cultura das favelas brasileiras para o cenário internacional, em uma ação voltada à valorização da diversidade e da potência criativa das periferias.

Outros pontos altos da programação incluem o Carnaval Tropical Brasil na Champs-Élysées, um festival gastronômico no Carreau du Temple, e uma grande exposição sobre o Carnaval no Grand Palais. ■

Ano do Brasil na França 2025

Período: De abril a dezembro de 2025

Locais: Mais de 50 cidades francesas, incluindo Paris, Lyon, Marselha, Toulouse, Nice e Bordeaux

Atividades previstas:

- Apresentações musicais com artistas brasileiros consagrados
- Mostras de cinema, incluindo participação no Festival de Cannes
- Espetáculos de teatro e dança contemporânea
- Exposições de artes visuais
- Desfile de Carnaval Tropical na Champs-Élysées
- Festival gastronômico no Carreau du Temple
- Exposição sobre o Carnaval no Grand Palais

Destaques confirmados: Seu Jorge, Lenine, Hermeto Pascoal, Léa Freire, Egberto Gismonti, Margareth Menezes, Cildo Meireles, Lygia Pape, Jonathas de Andrade e ações da Cufa

Mais informações: <https://www.institutfrancais.com> ou canais oficiais do Ministério da Cultura do Brasil



07/04/2008

Nasce a EBC para fortalecer a TV pública do país

O presidente Lula sanciona a Lei nº 11.652/2008, que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Cumprindo diretriz constitucional — a comunicação brasileira deve ser composta pelas esferas privada, estatal e pública — a EBC é uma empresa pública que nasce com a proposta de instituir uma televisão pública independente, com qualidade técnica e bom conteúdo, voltada para a sociedade.

A EBC se tornaria gestora dos canais TV Brasil (TV pública nacional criada em 2007) e TV Brasil Internacional, da Agência Brasil, da Radioagência Nacional e do

sistema público de rádio, composto por oito emissoras.

Por sua independência editorial, esses órgãos se distinguiam dos estatais ou governamentais, por seu conteúdo diferenciado e complementar aos canais privados. Os veículos da EBC tinham autonomia para definir produção, programação e distribuição de temas, que variavam entre jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento.

A EBC passaria a contar com um Conselho Curador, com representantes da sociedade civil, do governo federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores da empresa.

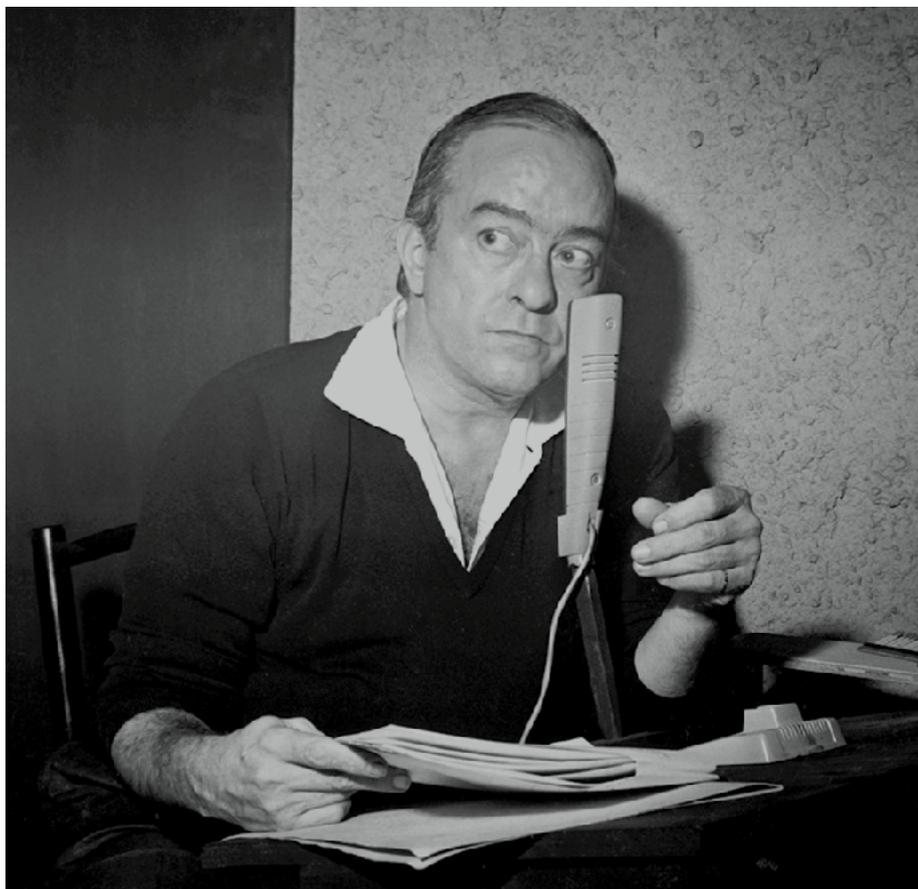


08/04/1977

‘Opinião’, um jornal mutilado pela censura

É lançada a última edição do jornal “Opinião”. Criado em novembro de 1972 pelo empresário Fernando Gasparian, “Opinião” reuniu um grupo de jornalistas experientes e colaboradores de prestígio. Publicava uma seleção semanal do francês “Le Monde” e textos de jornais e revistas estrangeiros sobre política, economia e cultura, além de um grande número artigos e reportagens sobre o Brasil. A censura prévia instalou-se na redação do jornal a partir da quinta edição e saiu apenas quando a publicação fechou, 222 semanas depois.

“Opinião” contribuiu para renovar o debate político e econômico no Brasil, porque fazia uma abordagem crítica, mas não dogmática, dos fatos. Era um jornal de oposição, seguramente, mas nunca foi um veículo partidário. Além disso, tinha um projeto gráfico elegante e avançado para a época. Era tão incômodo para a ditadura que, segundo Fernando Gasparian, metade do material produzido ao longo da sua existência foi proibido pelos censores.



09/04/1964

Ato 1 da ditadura rasga a constituição

Uma semana depois de derubar o governo constitucional, os chefes militares decretam Ato Institucional que revoga garantias democráticas da Constituição em vigor desde 1946. O Ato, que seria o primeiro de uma série de decretos autoritários, instituiu o Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros militares que já vinham exercendo o poder: Costa e Silva, da Guerra (Exército); Augusto Rademaker, da Marinha; e Correia de Melo, da Aeronáutica. A imunidade parlamentar foi suspensa e o Comando Supremo cassou mandatos e suspendeu por dez anos os direitos políticos de cem cidadãos.

A primeira lista de cassações incluiu os ex-presidentes João

Goulart e Jânio Quadros, os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória, o deputado Leonel Brizola, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, o líder comunista Luís Carlos Prestes, o ex-ministro Celso Furtado e 40 deputados federais, além de sindicalistas, intelectuais e oficiais das Forças Armadas. Os atingidos que não foram presos passaram para a clandestinidade ou buscaram asilo em embaixadas. Seriam os primeiros exilados do regime militar.

O Ato Institucional determinou também que o Congresso, expurgado dos parlamentares cassados, indicasse em 48 horas um presidente para concluir o mandato de Jango, com duração prevista até 31 de janeiro de 1966.



10/04/1969

Itamaraty vira alvo da 'caça às bruxas'

A Comissão de Investigação Sumária promove o maior expurgo da história da diplomacia brasileira, cassando 13 diplomatas, oito oficiais de chancelaria e mais 23 servidores do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty.

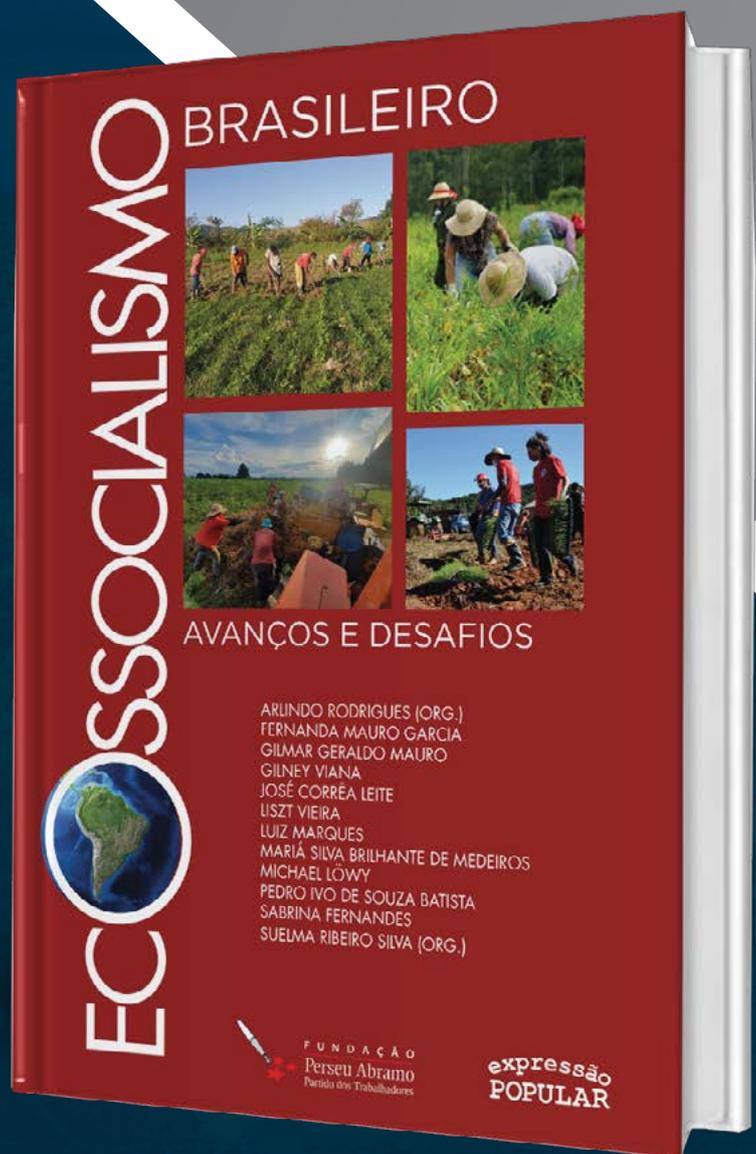
Entre os punidos está o poeta e diplomata Vinícius de Moraes, aposentado com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5) sob alegação de que seu comportamento boêmio não condizia com a carreira pública. Outros diplomatas e servidores foram aposentados com o pretexto de serem homossexuais.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa
disponível nas
livrarias ou na loja
virtual da coeditora,
Expressão Popular.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**expressão
POPULAR**